

O FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA COMO PATRIMÔNIO AFRO-AMAZÔNICO: Arqueologia comunitária e resgate patrimonial

Louise Cardoso de Mello*

Resumo

Esta comunicação apresenta o projeto de estudo arqueológico e resgate patrimonial atualmente desenvolvido no Forte Príncipe da Beira, em colaboração com a comunidade remanescente de quilombo de mesmo nome, e no Museu Nacional. Este trabalho discute os principais obstáculos, as soluções encontradas e as propostas futuras para a preservação do material arqueológico do Forte Príncipe da Beira, candidato a patrimônio mundial pela UNESCO. Apoiando-se na estreita relação e interação da comunidade quilombola com o Forte e o seu território, este trabalho defende a importância do método colaborativo no tratamento, na interpretação, preservação e difusão do patrimônio arqueológico através da arqueologia comunitária. Nas páginas que se seguem, deixa-se entrever como a vida resiliente da comunidade se entrecruza com a biografia multifacetada do Forte e a conturbada trajetória dos seus artefatos. A modo de apêndice, esta comunicação aproveita para compartilhar os resultados parciais da análise dos cravos históricos do Forte, de modo a estender o alcance da colaboração comunitária à esfera institucional, cooperando com o projeto de revitalização atualmente desenvolvido pelo IPHAN. Com isso, espera-se, por um lado, contribuir à recuperação e preservação do registro arqueológico do Forte Príncipe da Beira, e por outro, à sua valoração não só como lugar de memória para a comunidade quilombola, mas também como patrimônio afro-amazônico.

Palavras-chave: Forte Príncipe da Beira, comunidades quilombolas, arqueologia comunitária, patrimônio afro-amazônico, Museu Nacional.

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em História que versa sobre o estudo das relações entre indígenas e negros no vale do médio Guaporé entre os séculos

* Arqueóloga do Museu de Huelva, Espanha. Doutoranda em História na Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (Espanha), em cotutela com a Universidade Federal Fluminense, e aluna de intercâmbio no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional. Formada em História (Universidad de Sevilla) e Antropologia (UNED/Université de Provence), com especialização em Arqueologia das Américas (University of Cambridge), possui mestrado em História Indígena da América Latina (UPO) com foco em Estudos Amazônicos. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora visitante na Universidade de Harvard, especializando-se em Estudos Afro-Latino-Americanos.

XVIII e XIX, na atual fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Mediante um enfoque interdisciplinar desde os parâmetros teórico-metodológicos da etnohistória e da arqueologia histórica, a pesquisa busca entender o processo de territorialização afro-amazônica na região do complexo hidrográfico Guaporé-Mamoré-Madeira a partir do estudo do Forte Príncipe da Beira e da comunidade remanescente de quilombo de mesmo nome. Essa pesquisa estabelece, portanto, um diálogo com a historiografia sobre a presença negra na Amazônia, a qual é analisada num contexto de invisibilização histórica ao longo do processo homogeneizante de construção das fronteiras nacionais e da identidade pardo-mestiça.

Desde 2017, o Forte Príncipe da Beira é candidato a patrimônio da humanidade pela UNESCO como bem seriado no Conjunto de Fortificações Brasileiras. Segundo o site oficial do IPHAN, o Forte junto a outras 18 fortalezas são “testemunhos do histórico de ocupação, defesa e integração do território nacional”¹. Ao assumir de forma acrítica e unilateral o ponto de vista da história oficial, naturalizando o discurso colonial e exaltando o projeto nacional, essa interpretação de patrimônio acaba por refletir uma “meia história”.

Em seu emblemático estudo sobre o destacamento militar colonial conhecido como El Presidio de San Francisco², na atual região da Califórnia, Barbara Voss (2011, p. 243) problematiza essa noção de patrimônio colonial, ao lembrar que “embora alguns assentamentos militares exercessem a função de defesa territorial dos domínios espanhóis contra incursões de outras potências europeias, a maior parte deles havia sido estabelecida para suprimir a resistência indígena à colonização”³.

De forma paralela, contar a ocupação e defesa territorial sem mencionar o impacto para as populações indígenas desterritorializadas e para os negros escravizados que construíram grande parte dessas fortificações seria cair no “perigo de uma história única” (NGOZI, 2019). Falar de integração nacional, mas falhar ao creditar a presença, a convivência e a resiliência de indígenas e africanos nesses espaços coloniais de “interface cultural” (NAKATA; DAVID, 2010) seria fazer história parcial.

Em vista disso, esta comunicação apresenta o projeto de intervenção arqueológica e resgate patrimonial desenvolvido nos últimos dois anos no Forte Príncipe da Beira, em colaboração com a comunidade remanescente de quilombo local, e no Museu Nacional.

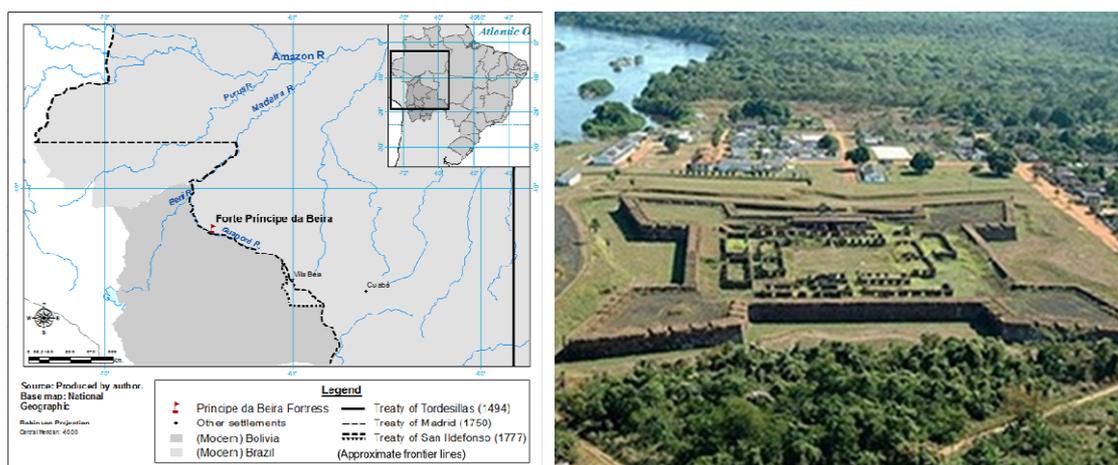
¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Candidatura de Fortificações a Patrimônio Mundial é tema de oficina em Florianópolis (SC)*, 5 de junho de 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5112/candidatura-de-fortificacoes-a-patrimonio-mundial-e-tema-de-oficina-em-florianopolis-sc>. Acesso em: 01 set. 2019.

² Declarado marco histórico nacional dos Estados Unidos desde 1962.

³ Tradução própria.

Apoiando-se na estreita relação da comunidade quilombola com o Forte como parte do seu patrimônio cultural e território, este trabalho problematiza e justifica o desenvolvimento de um método colaborativo através da arqueologia comunitária. Nesse sentido, pretende-se refletir sobre os principais obstáculos institucionais, bem como as soluções encontradas e as propostas futuras de cooperação comunitária e institucional para a preservação do patrimônio cultural do complexo arqueológico do Forte Príncipe da Beira. Exemplo deste último é a seção final deste artigo, na qual se compartilham os resultados parciais da análise dos cravos históricos do Forte, com vistas a colaborar com o projeto de revitalização atualmente desenvolvido pelo IPHAN.

A noção de *lugar de memória* desafia prescrições historicistas ou arqueológicas, entendendo-se como “qualquer entidade significativa, seja esta material ou não material, que [...] se converteu em um elemento simbólico da herança memorial de qualquer comunidade” (NORA, 1996, p. VII)⁴. Assim, o principal objetivo desta comunicação é contribuir à valoração do Forte Príncipe da Beira não só como lugar de memória para a comunidade quilombola, mas também como patrimônio afro-amazônico. Com isso, também se espera servir como referência metodológica ou, ao menos, inspirar outras pesquisas de arqueologia em contextos similares, que se preocupem em envolver e retribuir às comunidades locais, as quais deixam de ser objetos de pesquisa para protagonizar a interpretação como sujeitos de suas próprias histórias.



Figuras 1 e 2 - Mapa com a localização do Forte Príncipe da Beira (*esquerda*) adaptado de Cardoso de Mello (2016, p. 41) e foto do Forte Príncipe da Beira (*direita*), fonte: Emanuel Alencar/Arquivo Pessoal (G1 RO, 2016).

⁴ Tradução própria.

Forte Príncipe da Beira: identidade, territorialidade e patrimônio

O Real Forte Príncipe da Beira é patrimônio cultural brasileiro, tombado pelo IPHAN desde 1950⁵, e atualmente, inclui-se no Conjunto de Fortificações Brasileiras candidatas a patrimônio mundial pela UNESCO. As 19 fortalezas históricas, construídas entre os séculos XVII e XIX, distribuem-se por dez estados brasileiros, com destaque para a região nordeste (principalmente, Bahia e Pernambuco)⁶, seguido da área sul-sudeste (Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro)⁷. De modo que o Forte Príncipe da Beira, juntamente com o Forte de Macapá, são os únicos candidatos em toda a região amazônica, embora haja registros históricos e arqueológicos de ao menos outras onze fortificações na Amazônia, cuja maioria já não se conserva ou se encontra em avançado estado de ruína.

Grosso modo, pode-se dizer que a construção de fortalezas na região amazônica em época colonial se produziu em dois períodos e estratégias de ocupação: um primeiro momento ao longo do século XVII circunscrito às margens do rio Amazonas, seguindo seu leito para se interiorizar na região desde sua foz até a atual região de Manaus⁸; e um segundo momento que se inicia na segunda metade do século XVIII, partindo desse ponto em direção às cabeceiras de seus principais tributários formando uma espécie de arco sobre as disputadas fronteiras que se buscavam traçar entre Portugal e Castela⁹.

O Forte Príncipe da Beira se insere, precisamente, neste segundo contexto, marcado pelo acirramento dos pleitos territoriais entre as duas coroas a partir de 1750, com a assinatura de tratados de limites pouco duradouros como o Tratado de Madri, e mais tarde o de São Ildefonso (1777), que visavam substituir o já obsoleto Tratado de Tordesilhas, estendendo a fronteira ocidental lusitana até o rio Guaporé (Figura 1). Essas fortalezas serviam, entre outros propósitos, o de assegurar a expansão portuguesa a oeste e controlar o contrabando “transfronteiriço” com ingleses, holandeses, franceses,

⁵ Inscrição nº 281 no Livro do Tombo Histórico, em 7 de agosto de 1950 (processo: 395-T-1950).

⁶ Na Bahia, o Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat, Forte de Santa Maria, Forte de São Diogo, Forte de São Marcelo e Forte de Santo Antônio da Barra; em Pernambuco, o Forte São Tiago das Cinco Pontas, Forte São João do Brum e Forte Santa Cruz de Itamaracá (Forte Orange); e no Rio Grande do Norte, o Forte dos Reis Magos.

⁷ Em Santa Catarina, o Forte de Santa Catarina, Fortaleza Santo Antônio de Ratones e Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim; em São Paulo, a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande e Forte de São João de Bertiooga; e no Rio de Janeiro, a Fortaleza de Santa Cruz da Barra e Fortaleza de São João; aos quais se soma o Forte de Coimbra, no Mato Grosso do Sul.

⁸ Forte do Castelo do Senhor de Santo Cristo do Presépio de Belém (Belém, PA) e Forte de Santo Antônio de Gurupá (Gurupá, PA) na primeira metade de 1700, e Forte de São Pedro Nolasco (Belém, PA), Forte de Paru (Almeirim, PA), Forte de Fortaleza do Tapajós (Santarém, PA), Forte dos Pauxis (Óbidos, PA), e Fortaleza da Barra (Manaus, AM) no final do mesmo século.

⁹ Com exceção do Forte de Macapá, edificado no estuário do rio Amazonas a partir de 1761, no atual estado do Amapá, outra região fronteira, que seria demarcada pelo Tratado de Utrecht (1713), embora seguiria sendo disputada entre Portugal e França.

entre outros. Hoje em dia, suas localizações coincidem com áreas de fronteira ou triple fronteira do Brasil, como: o Forte Nossa Senhora da Conceição de 1760 (no atual limite do Brasil com a Bolívia), Forte de São Gabriel da Cachoeira de 1761 e Forte São José de Marabitanas de 1763 (próximos ao limite Brasil-Colômbia-Venezuela), Forte de São Joaquim do Rio Branco de 1775 (próximo ao limite Brasil-Guiana-Venezuela), e o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga de 1776 (limite Brasil-Peru-Colômbia).

Atualmente, dentre as fortalezas desse “arco amazônico”, o Forte Príncipe da Beira é o único que ainda se conserva – embora em ruínas – e que está aberto para visitação. Ele se encontra sob guarda do Exército brasileiro, que o administra através do 6º Batalhão de Infantaria e Selva¹⁰, em Guajará-Mirim, que por sua vez possui um Pelotão Especial de Fronteira (1º PEF) no entorno do Forte. Entretanto, tanto o museu do Forte como as visitas são custodiadas e guiadas por membros voluntários da comunidade local remanescente de quilombo, que adscrive a sua identidade e territorialidade à fortaleza.

A comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira se considera descendente dos africanos escravizados procedentes de Vila Bela e dos que foram enviados à região para as construções das fortalezas de Nossa Senhora da Conceição e Príncipe da Beira, que viria a substituí-la, bem como dos índios que habitavam a região. Atualmente, muitos dos seus membros se autodeclaram caburés, isto é, descendentes de indígenas e negros¹¹. Segundo Maldi Meireles (1989, p. 182), a população do entorno do Forte se incrementaria rapidamente com o início de sua construção, chegando a 900 pessoas em 1783, ano em que se consideram concluídas as obras. Já no século XIX, fontes de viajantes descrevem a população do Forte Príncipe da Beira como sendo majoritariamente negra e/ou mulata (D’ORBIGNY, 1826-1833, p. 1328-1329; HERNDON & GIBBON, 1854, p. 273-274).

O Quilombo do Forte Príncipe da Beira obteve a certificação da Fundação Cultural Palmares em 2005¹², somando-se ao total de nove comunidades quilombolas oficialmente registradas no estado de Rondônia¹³. Desde 2008, a comunidade com suas cerca de 100 famílias, organizadas em torno da Associação Quilombola do Forte Príncipe

¹⁰ Subordinado à 17ª Brigada de Infantaria de Selva, em Porto Velho, parte da 12ª Região Militar sob jurisdição do Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus.

¹¹ Ou caborés.

¹² Certidão emitida em 19/08/2005. ID quilombola: 1.130; código do IBGE: 1100080; n.º processo na FCP: 01420.001406/2005-44; portaria: 32/2005.

¹³ Comunidades Remanescentes de Quilombo de Santo Antônio do Guaporé (desde 2004, e território reconhecido pelo INCRA em 2019), de Pedras Negras (19/08/2005), de Rolim de Moura do Guaporé (2006), de Laranjeiras (2006), de Jesus (2006, a primeira a conseguir o reconhecimento de seu território pelo INCRA, em 2009), de Santa Fé (2007, e território reconhecido pelo INCRA em 2018) e Santa Cruz de Pimenteiras do Oeste (2015, a última a ser certificada pela Fundação Palmares). A comunidade de Tarumã, localizada no município de Alta Floresta, ainda aguarda certificação de autodefinição pela Fundação Palmares.

da Beira (ASQFORTE), reivindica a delimitação de seu território¹⁴. A demorada conquista desse direito tem como principais obstáculos a morosidade do processo de demarcação e a presença dos militares do pelotão do Forte, que não só contestam a “ocupação tradicional” do território pelos descendentes de quilombolas, mas também competem por ela. Numa situação de difícil convivência entre a comunidade rural e os militares do pelotão, a incidência e o teor dos conflitos variam na mesma proporção que se alternam os postos de comando.

Ao longo dos últimos quinze anos, diversas denúncias chegaram a ser feitas pela associação comunitária perante comissões nacionais, órgãos públicos e a mídia contra os abusos cometidos pelo Exército. Denunciava-se desde o impedimento da realização de suas atividades tradicionais e modos de vida (como a roça, caça e pesca), a proibição de construção, o cercamento de zonas comunitárias, a interdição de livre trânsito (ou territorialidade livre) à comunidade em certas áreas como o porto ou a Escola Estadual, a restrição do acesso a recursos básicos controlados pelo pelotão (como fornecimento de água e atendimento sanitário); até abordagens e intimações arbitrárias de moradores, desapropriações, danos e incêndios de suas propriedades e bens, e inclusive a proibição de entrada aos próprios funcionários do INCRA em uma ocasião.

Cabe ressaltar que a atuação dos militares representa uma contraposição direta não só aos limites da competência do Exército, mas também à missão das Forças Armadas de “garantia dos poderes constitucionais constituídos”¹⁵, ao impedir que o Estado cumpra seu dever de reconhecimento da propriedade de terras quilombolas e emissão dos devidos títulos, conforme o artigo 68 do ADCT da Constituição Federal¹⁶. Após árdua luta comunitária e longa batalha legal, em resposta ao processo judicial iniciado pela associação comunitária em 2014 contra a União e o INCRA, este finalmente anunciou em outubro de 2018 que iniciaria os trabalhos de identificação e demarcação fundiária, atualmente em andamento. Além disso, em julho de 2019, a Justiça Federal homologou um acordo que regulamenta a convivência entre o Exército e a comunidade quilombola do Forte de modo a apaziguar os conflitos.

A morosidade do poder público, a disputa em torno da titulação do território quilombola e

¹⁴ N.º processo no INCRA: 54300.001013/2008-14.

¹⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA. Forças Armadas e Estado-Maior Conjunto. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas>. Acesso em: 01 set. 2019.

¹⁶ “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Fonte: CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp Acesso em: 01 set. 2019.

a resultante indefinição de responsabilidades inevitavelmente acabaram por se refletir na manutenção e conservação do patrimônio arquitetônico e histórico do Forte Príncipe da Beira. Embora o Exército reivindique a área do Forte como sendo de jurisdição militar, as obrigações e responsabilidades assumidas se limitam à sua guarda e supervisão. Entre 2008 e 2010, o IPHAN coordenou um projeto de estabilização das ruínas do Forte Príncipe da Beira, por meio de licitação, que incluía serviços de limpeza, escoramento, remoção de sedimentos, prospecção e acompanhamento arqueológico, bem como um futuro projeto de restauração.

Fruto dessa intervenção foi a recuperação de mais de 23.000 fragmentos e artefatos arqueológicos no recinto intramuros¹⁷. Esse material arqueológico foi devidamente registrado e armazenado, porém nunca estudado, até agora. O projeto de restauração também nunca chegou a ser implementado por falta de recursos, sendo retomado apenas em agosto de 2018 devido à sua recente candidatura à patrimônio mundial (BARCELOS, 2018, p. 143). Nesse ínterim, foi realizada apenas uma intervenção paliativa de emergência para prevenir mais quedas de estruturas, em 2017. Portanto, devido à inexistência de uma parceria local ou de um plano subsequente para a manutenção e preservação das intervenções feitas, em menos de 10 anos, o Forte havia sido retomado pela selva, e seu registro arqueológico se encontrava em avançado estado de deterioro e em risco de dano permanente.

Arqueologia comunitária no Forte Príncipe da Beira e preservação do patrimônio

A mobilização comunitária dos remanescentes de quilombolas do Forte Príncipe da Beira e seu forte engajamento na luta e conquista de seus direitos motivaram muitos projetos e pesquisas, como é o caso dos trabalhos de Teresa Cruz (2012), Luciene Monteiro (2013), de Emmanuel Farias Jr. (2011 e 2013) e Alfredo Wagner de Almeida (2009, 2010 e 2012), desenvolvidos no âmbito do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (ALMEIDA *et al.*, 2014), e como não, de Marco Teixeira e Dante da Fonseca (2010). Por outro lado, o interesse e estreito envolvimento dos membros da comunidade com seu patrimônio histórico-cultural foi o que inspirou esta pesquisa e orientou o desenho de sua metodologia. A partir do contato e conversas iniciadas em fevereiro de 2017 com a liderança da comunidade, bem como familiares e vizinhos de seu entorno mais próximo, buscou-se compreender a interação da comunidade com o patrimônio local e incorporar suas interpretações, preocupações e reivindicações na teorização do problema de

¹⁷ O acompanhamento arqueológico foi realizado por uma empresa privada e coordenado pelo arqueólogo Fernando Marques, do Museu Emílio Goeldi, a quem agradeço pelo apoio e atenção recebidos.

pesquisa.

Nesse sentido, a fase de análise arqueológica da cultura material do Forte Príncipe da Beira, apresentada nesta comunicação, foi concebida no âmbito de um projeto de arqueologia comunitária desenvolvido junto a membros interessados da comunidade quilombola do Forte, entre 2018 e 2020. A relevância desse tipo de abordagem metodológica tem sido destacada por inúmeros antropólogos e arqueólogos, tanto por sua complexidade ética (KARZER; SAMPRÓN, 2011), como por seu enfoque descolonizador (TUHIWAI SMITH, 1999) e por sua contribuição social, desde que se desenvolva “*com a comunidade e não apenas para a comunidade*” (PREUCEL e CIPOLLA, 2008, p. 134)¹⁸. Outros vão ainda mais longe ao afirmar que “o propósito da arqueologia colaborativa é, fundamentalmente, gerar histórias melhores e comunidades melhores” (SILLIMAN, 2008, p. 31). Portanto, esta pesquisa assume esse compromisso de contribuição social, ou melhor dito, de *retribuição* à comunidade local. Além disso, essa iniciativa de colaboração comunitária está em linha com as diretrizes sobre participação e inclusão social na interpretação do patrimônio mundial, conforme recomendado pelo Comitê Científico Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar (ICOFORT, 2008, p. 5, princípio 6) e recolhido na Carta do Recife (2017, p. 2, diretriz 8), subscrita no encerramento do Seminário Internacional Fortificações Brasileiras - Patrimônio Mundial, em abril de 2017.

O projeto de arqueologia comunitária¹⁹ compreende três etapas, desenvolvidas ao longo de três anos consecutivos, sendo estas: de resgate e preservação patrimonial, análise em laboratório e de valoração e difusão do patrimônio, as quais servem de estrutura a esta comunicação. A primeira etapa de resgate patrimonial foi realizada em fevereiro de 2018 e contou com a participação dos irmãos Angel, Thiago e Elvis Pessoa, sendo este último o líder da comunidade. Esta etapa foi iniciada com o transporte dos cerca de 23.000 fragmentos de material arqueológico provenientes das escavações de 2008-2010 do quartel militar ao museu do Forte Príncipe da Beira. Todo o material se encontrava guardado em 117 caixas de arquivo morto de polipropileno armazenadas em um depósito provisório no quartel militar. Porém, o local não era acondicionado e, portanto, não contava com as condições mínimas para a conservação do material, que estava exposto a altos índices de umidade relativa (80-90%), altas temperaturas (30-40°C), e sujeito à ação de fatores ambientais, físicos e biológicos, como ferrugem, poeira, bactérias de

¹⁸ Grifo dos autores.

¹⁹ Parcialmente financiado pela FAPERJ, através de uma bolsa de doutorado sanduíche reverso, em 2018 e pelo Grupo Santander, através de uma bolsa de pesquisa, em 2020.

restos de excremento de morcegos, fungos, infestação de cupim, entre outros insetos, além da pressão física causada pelo empilhamento das caixas.



Figuras 3 e 4 - Situação do material arqueológico do Forte Príncipe da Beira armazenado em depósito provisório no quartel militar (Fotos: Louise Cardoso de Mello, fevereiro de 2018)

Após o transporte do material para o museu do Forte, uma sala foi designada e acondicionada — conforme as condições disponíveis no local — para o seu tratamento e armazenamento definitivo. O tratamento do material incluiu atividades de limpeza do material, troca de sacolas sujas e/ou perfuradas por novas e renovação de etiquetas deterioradas e ilegíveis (muitas escritas à mão) por novas impressas e plastificadas.



Figuras 5 e 6 - Situação do material arqueológico antes das atividades de limpeza (*esquerda*) e de algumas etiquetas severamente danificadas pela umidade (*direita*). Fotos: Louise Cardoso de Mello, fevereiro de 2018

Após o tratamento inicial do material, procedeu-se à reinventarização de sacolas e artefatos descontextualizados (quando possível), à contagem e análise preliminar do material para seleção de amostra e ao registro fotográfico de amostras de artefatos metálicos em avançado processo de enferrujamento e do material de maior porte ou peso

não amostrado, como ferragens, balas de canhão e o material lítico.

No que diz respeito à análise preliminar para amostragem, essa tarefa consistiu na identificação e separação do material lítico, ósseo, de metal, vidro, cerâmica, louça, porcelana e grés, seguida da seleção de 7.242 fragmentos arqueológicos para transporte aéreo (totalizando 256Kg de material arqueológico) e sua posterior análise em laboratório no Museu Nacional no Rio de Janeiro²⁰. Vale destacar que a amostragem foi feita somente a partir do material contextualizado.

O critério dessa amostragem se baseou na seleção de elementos identificativos e/ou datáveis, como os bicos e bases das garrafas de vidro, das bordas, bases, apêndices e paredes decoradas do material cerâmico, todas as porcelanas, grés e louças (faiança fina e faiança portuguesa), excluindo-se o material lítico e ósseo, com muito poucos exemplares. Devido ao grande número de fragmentos em metal, foram selecionadas amostras de ferramentas, utensílios, peças de armamento, cravos e ferragens.



Figuras 7 e 8 - Exemplar de lâmina de metal tipo sabre (36,5 x 3,5 cm) proveniente do quartel de oficiais (prédio 15) em avançado processo de enferrujamento (*esquerda*) e tarefas de identificação, separação e amostragem do material (*direita*); na foto, de esquerda à direita: Angel Pessoa, prof. Valdeci Castro e a autora. Fotos: Louise Cardoso de Mello, fevereiro de 2018

A gestão do material arqueológico tanto em campo como em laboratório seguiu as diretrizes recomendadas no *Protocolo de entrega de materiais arqueológicos como depósitos de la Junta de Andalucía* (ALONSO *et al.*, 2009), realizado pelo Museu de Cádiz na Espanha, bem como no *Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos* (TOCCHETTO *et al.*, 2017) elaborado pelas equipes do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e do

²⁰ Ofícios n.º 40/2018/CNA/DEPAM.IPHAN e n.º 44/2018/CNA/DEPAM.IPHAN.

Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas (RS).

O material não selecionado na amostra e deixado no museu do Forte foi separado por tipo de material e armazenado em sacos plásticos de polietileno com lacre hermético e revestimento de espuma (manta de polietileno expandido). Por sua vez, os sacos com material foram guardados em caixas plásticas vazadas empilháveis numeradas segundo os prédios/áreas da escavação, substituindo-se as caixas de polipropileno, que estavam sujas, com restos de ferrugem e infestadas de insetos e teias de aranha.



Figuras 9 e 10 - Novo local de armazenamento permanente do material arqueológico do Forte Príncipe da Beira, situado em uma sala do Museu (*esquerda*) e detalhe do novo método de armazenamento do material arqueológico (*direita*). Fotos: Louise Cardoso de Mello, fevereiro de 2018

Além do resgate patrimonial, o projeto de arqueologia comunitária também contemplou atividades de caminhada pela área extramuro do Forte Príncipe da Beira, incluindo terrenos de vizinhos e áreas comunitárias com o acompanhamento de moradores para a identificação e registro de estruturas arqueológicas e artefatos por eles achados. O potencial arqueológico da região também se reflete na alta quantidade de material e artefatos que podem ser encontrados em superfície. Além disso, devido ao aumento das chuvas nessa região da Amazônia, novas estruturas e concentrações de material arqueológico estão aflorando. Esse reconhecimento permitirá mapear as áreas e estruturas arqueológicas para analisá-las em justaposição com a cartografia histórica e, se possível, desenvolver um projeto de arqueologia em superfície em 2020, que estaria acompanhado de um protocolo concebido com a comunidade e o IPHAN sobre como atuar em casos de novas descobertas, e uma iniciativa de sensibilização patrimonial para evitar a prática de pilhagem.



Figuras 11 e 12: Estrutura na vila quilombola do Forte a menos de 200 metros do baluarte nordeste do Forte Príncipe da Beira (*esquerda*) e detalhe de um machadinho de pedra indígena encontrado no nível do chão próximo à estrutura (*direita*). Fotos: Louise Cardoso de Mello, fevereiro de 2018

Análise em laboratório no Museu Nacional

A segunda etapa da pesquisa, dedicada à análise em laboratório do material arqueológico, foi desenvolvida no Museu Nacional/UFRJ no âmbito de uma estadia de pesquisa de nove meses no programa de pós-graduação em arqueologia entre março e agosto de 2018 e entre dezembro de 2019 e abril de 2020²¹. A análise consistiu na higienização e, quando possível, lavagem do material, seguida da quantificação por número mínimo de peças (NMP), da classificação, datação e registro fotográfico por NMP. Além disso, o estudo da cerâmica também incluiu desenho e análise petrográfica, a qual foi realizada sobre 7 amostras de pasta no laboratório de cerâmica do CMRAE, no Massachusetts Institute of Technology durante o primeiro semestre de 2019²². A seguinte fase, atualmente em andamento, é a interpretação dos resultados da análise do registro material e sua compreensão no espaço com o apoio dos relatórios das escavações.

À data de 30 de agosto de 2018, 99% da análise de todo o material havia sido concluída, faltando apenas a análise dos cerca de 50 fragmentos de lata (metal) e a conclusão dos restantes 6% da cerâmica. O resto do material analisado já estava preparado e armazenado para transporte de volta ao Forte em sacolas etiquetadas com lacre hermético estruturadas com manta de espuma, sendo todo o vidro envolto também em plástico bolha dentro de caixas de isopor forradas com espuma de 1 cm nas paredes e 5 cm no fundo.

²¹ A análise contou com o apoio e acompanhamento do prof. Marcos André Torres de Souza, e com a colaboração dos seus alunos bolsistas de graduação, Lúcia Brito e Luan Sancho, e de sua orientanda, Cleide Trindade, aluna do mestrado em arqueologia do Museu Nacional/UFRJ, aos quais estendo a minha gratidão.

²² Conforme ofício do CNA n.º 104/2019/GAB PRESI.IPHAN



Figuras 13 e 14 - Estado de armazenamento para transporte de 99% da amostra analisada no Museu Nacional (*esquerda*) e imagem das instalações do Laboratório de Graduação do Center for Materials Research in Archaeology and Ethnology (CMRAE), no MIT, onde foi realizado o estudo petrográfico do material cerâmico (*direita*). Fotos: Louise Cardoso de Mello, agosto de 2018 e maio de 2019 (respectivamente).

Perda e resgate patrimonial

No dia 2 de setembro de 2018, o Museu Nacional foi assolado por um devastador incêndio que atingiu praticamente todo o seu acervo, estimado em mais de 20 milhões de itens. Parte desse trágico cenário foi a destruição do laboratório onde estava armazenado o material do Forte Príncipe da Beira, que sucumbiu do terceiro andar. As avaliações iniciais sobre o incêndio no Museu Nacional descreviam o seu impacto para o patrimônio não só nacional, mas de toda a humanidade como algo inestimável e irreparável. No entanto, a campanha de resgate revelaria, entre tantas coisas, o imprevisível comportamento do fogo e sua diferente interação com o meio e os materiais, confirmando muitas perdas, mas também algumas esperanças.

Dentre as áreas mais afetadas, está a seção de Etnologia, que guardava nada menos que a coleção mais importante sobre os povos indígenas do Brasil²³, incluindo registros únicos de etnias que já não existem e grupos étnicos em processo de ressurgimento. Os trabalhos de resgate, portanto, também nos mostraram mais de perto e de forma mais palpável o sem-fim de povos originários e comunidades tradicionais diretamente afetados, bem como (e incluindo) pesquisadores e ativistas, cuja atuação e vida estavam dedicadas ao estudo, recuperação e valorização de seu patrimônio cultural²⁴.

A campanha de resgate foi iniciada em dezembro do mesmo ano, dentro da iniciativa *Museu Nacional Vive*, que envolve diversas atividades e ações de revitalização e

²³ Para uma avaliação mais detalhada do impacto do incêndio nas coleções etnológicas e as perspectivas futuras, ver (PACHECO DE OLIVEIRA, 2019) e a entrevista em (PACHECO DE OLIVEIRA *et al.*, 2019).

²⁴ Para uma análise mais detalhada dos efeitos do incêndio do Museu Nacional nas pesquisas dos discentes, incluindo esta, ver (VIEIRA, 2019).

reconstrução. A participação na campanha de resgate se desenvolveu ao longo do mês de janeiro de 2019 e esteve enfocada na atuação nas áreas identificadas como de provável colapso do laboratório com o fim de resgatar (por segunda vez) o material do Forte. Essa atuação se desenvolveu em coordenação com a equipe de técnicos e pesquisadores do Museu Nacional, e em colaboração com voluntários estudantes de arqueologia e áreas afins²⁵, bem como o pessoal da empresa contratada para as obras emergenciais de restauração.



Figuras 15 e 16 - Imagem antes dos trabalhos de resgate das áreas correspondentes à recepção (PAV-118) [A] e protocolo (PAV-120) [B] na entrada lateral do Palácio do Museu Nacional/UFRJ, localizada dois pisos abaixo do laboratório (*esquerda*) e imagens das mesmas áreas após o início da campanha de resgate (*cento e direita*). Fotos: Louise Cardoso de Mello, respectivamente em dezembro de 2018 e janeiro de 2019

Os trabalhos de resgate envolveram a remoção de escombros, acompanhada da recuperação em superfície de todo tipo de material arqueológico, etnográfico, geológico, faunístico, construtivo, assim como, objetos pessoais, seguida da peneiração dos sedimentos. A maior parte do resgate de material se produziu na fase de peneiração, devido à sujidade e à solidificação de conglomerados de cinzas que dificultavam a identificação dos materiais em superfície. Após essa minuciosa coleta, era necessário limpar e separar o material do Forte com respeito a outras coleções.

Estima-se que foi possível resgatar entre 30 e 50% do material proveniente do Forte Príncipe da Beira, entretanto, sua contagem definitiva e processamento ainda estão em curso. Os tipos de material que mais resistiram ao incêndio foram os cravos de metal e a cerâmica, embora possam apresentar quebras e alteração pictórica. Grande parte da louça e porcelana exibia manchas de queima e fuligem, além de incrustações e quebras. Já o vidro foi o material mais afetado e de mais difícil recuperação. Devido à sua

²⁵ Dentre os muitos voluntários que colaboraram, um agradecimento especial para Cleide Trindade, Lúcia Brito, André Peres, Nayara Amado, Mateus Ferreira e Mariane Vieira.

fragilidade intrínseca, o vidro foi encontrado em grande parte derretido ou reduzido a pequenos cacos.



Figuras 17 e 18 - Trabalhos de peneiração na campanha de resgate no Museu Nacional (*esquerda*) e exemplares do estado de parte das faianças finas (*direita abaixo*) e do vidro recuperados (*direita acima*). Fotos: Louise Cardoso de Mello, janeiro de 2019

Valoração e difusão patrimonial

A terceira e última etapa do projeto de arqueologia comunitária, prevista para o primeiro semestre de 2020, está voltada para a valoração do Forte Príncipe da Beira como patrimônio afro-amazônico e para a sua difusão cultural, mediante ações coordenadas com a comunidade quilombola e em colaboração com o IPHAN. Esta fase final contempla, em um princípio, a devolução do material arqueológico resgatado no Museu

Nacional ao Forte e a partilha dos resultados da sua análise com a comunidade. Esta partilha dos resultados técnicos será complementada por um processo de interpretação comunitária, que pretende dialogar com a memória coletiva da comunidade.

Nesse sentido, projetam-se duas ações com diferentes grupos. Primeiramente, a partir de entrevistas semiestruturadas e conversas informais com membros interessados da comunidade, com destaque para os idosos e a associação de mulheres, busca-se entender o processo mais recente de transformação e ressignificação da paisagem e patrimônio através das gerações e do papel desenvolvido pelas mulheres. Em segundo lugar, planejam-se algumas atividades com os alunos e docentes da escola local orientadas à educação patrimonial, como é o caso da organização de uma exposição no museu do Forte a partir do processo coletivo de seleção de artefatos e construção da narrativa da exibição.

Esta exposição montada com os alunos de Ensino Fundamental da comunidade também estará acompanhada de uma proposta para exposição nas localidades de Ji-Paraná e Porto Velho, com vistas a atrair mais visitantes ao Forte desde os dois principais polos urbanos do estado de Rondônia e contribuir, assim, à difusão de seu patrimônio. Esta proposta está inspirada em outra experiência exitosa, como é o caso da exposição permanente na Estação das Docas, em Belém do Pará. Inaugurada no ano 2000, a exposição exhibe vitrines com artefatos e vestígios arqueológicos provenientes do recinto do antigo Forte de São Nolasco, recuperados na intervenção arqueológica que acompanhou as obras no entorno do cais, atraindo mais de 90 mil transeuntes cada mês.

Para o contexto do Forte Príncipe da Beira, a proposta consiste em montar uma pequena vitrine no recém-inaugurado IG Shopping Ji-Paraná (2017), situado no município de Ji-Paraná, a 400 km do Forte, de onde provém ou por onde passa a maioria de seus escassos visitantes. Esta proposta de difusão patrimonial e promoção do turismo cultural também contempla a realização de exposições temporárias ou permanentes em Porto Velho e inclusive Guajará-Mirim, podendo-se aproveitar nesses casos suas atuais infraestruturas museológicas, como é o caso do Memorial Rondon, inaugurado em Santo Antônio do Madeira em 2015, e do Museu Histórico Municipal de Guajará-Mirim. No entanto, a obtenção dos objetivos desta proposta está condicionada ao apoio e articulação com o IPHAN, o Setor de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, as respectivas prefeituras, bem como a iniciativa privada.

Por fim, esta pesquisa também almeja contribuir às intervenções e projetos de restauração do Forte Príncipe da Beira coordenados pelo IPHAN, uma vez concluído o

estudo da cultura material do Forte e publicados os seus resultados. Enquanto isso, graças a comunicações como esta, aproveita-se para compartilhar alguns dados que podem resultar relevantes ao projeto de revitalização atualmente desenvolvido no Forte, ao disponibilizar os registros fotográficos e resultados parciais da análise dos cravos provenientes do registro arqueológico do Forte, conforme se apresenta à continuação.

Resultados preliminares da análise dos cravos do Forte Príncipe da Beira

Ao se tratar de uma pesquisa em andamento, nesta seção, são apresentados os resultados preliminares da análise dos cravos provenientes do recinto intramuros escavado do Forte Príncipe da Beira. Considerando que os cravos constituem o material predominante do registro arqueológico do Forte, representando 24,9% do total de materiais, acredita-se que uma classificação tipológica pode produzir interessantes observações e novas indagações, além de servir de apoio para os trabalhos de restauração a serem desenvolvidos no Forte. Devido ao seu grande volume, o estudo dos cravos se realizou tanto no museu do Forte como no laboratório do Museu Nacional. Cabe também mencionar algumas limitações metodológicas inerentes ao estudo dos cravos, como sua multifuncionalidade, e outras particulares ao contexto do Forte, como o seu mau estado de conservação e, com isso, seu difícil diagnóstico e datação.

No que diz respeito à cronologia dos cravos, diversos estudos apresentam métodos de datação baseados ora na técnica de manufatura, ora na forma dos cravos. O processo de mecanização da produção dos cravos ao longo do século XIX é tratado por Noël Hume (1970) em sua obra de referência para análise de artefatos históricos. Segundo o autor, os cravos forjados (à mão) teriam sido produzidos até o início do século XIX, com os primeiros cravos cortados (à máquina) tendo surgido já em 1790 e as cabeças feitas à máquina, a partir de 1815 (HUME, 1970, p. 253-254). Outros autores (VISSER, 1997) destacam como a produção do cravo cortado se estenderia ao longo de todo o século XIX até a década de 1890, quando da popularização do prego (de arame), embora este já tivesse aparecido por volta de 1850. A figura abaixo adaptada de Visser (1997) ilustra bem as diferentes formas e manufatura dos cravos e pregos.

	Cravo forjado a mão, até aprox. 1800
	Cravo cortado com cabeça feita a mão, aprox. 1790-1820
	Cravo cortado com cabeça feita a máquina, aprox. 1810-1900
	Prego, aprox. 1890 até o presente

Figura 19 - Tipologia e cronologia de cravos segundo técnica de manufatura, elaborado por Visser (1997)²⁶

É importante destacar que essas cronologias foram concebidas para o contexto histórico norte-americano e, portanto, ao aplicá-las a contextos em outros lugares das Américas, elas devem ser tidas como datas mínimas (*terminus post quem*). Para entender melhor o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil, não é preciso ser especialista em química, mas ajuda conhecer os princípios básicos da siderurgia ou metalurgia do ferro. Segundo o teor de carbono usado no enriquecimento do minério de ferro, obtém-se o ferro maleável, o aço, e o gusa ou ferro coado (fundido), com um maior teor de carbono, sendo usado principalmente para fundir peças, ao não permitir a forja. De acordo com Landgraf *et al.* (1994), a produção de ferro maleável era a mais comum no Brasil pois suas técnicas de manufatura eram mais simples se comparadas à produção de gusa, que requeria altos-fornos, um meticuloso controle dos combustíveis e da matéria prima e, por conseguinte, uma mão de obra especializada e maior investimento.

As primeiras forjas de produção artesanal na América Portuguesa se remontam à segunda metade do século XVI, nas quais se trabalhava especialmente sobre o ferro importado. Já a produção industrial de ferro teria seus primeiros impulsos no início do século XIX com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a fundação de fábricas, produzindo-se ferro líquido na Real Fábrica de Ferro Patriótica, na região de Ouro Preto/MG (1812-1822), na Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, na comarca de Serro Frio/MG (1814-1824) e na Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba/SP (1818-1860), entre outras em Minas Gerais. No entanto, esses empreendimentos tiveram uma curta vida, não chegando a alcançar suas metas em termos de produção, qualidade

²⁶ Edição e tradução próprias.

ou lucro. De modo que, ao longo da primeira metade do século XIX, prevaleceriam os fornos e as casas de fundição ligados à metalurgia de transformação e ao suporte a outras indústrias (LANDGRAF *et al.*, 1994).

No que diz respeito à produção de cravos e pregos, uma das pioneiras foi a Companhia Fábrica de Pregos Pontas de Paris, fundada em Porto Alegre/RS, em 1891, e comprada dez anos mais tarde pela família Gerdau (WERLANG, 2012, p. 117). De acordo com dados demográficos de 1818 disponíveis para a capitania de Mato Grosso, a população do Forte Príncipe da Beira, recenseada em 438 habitantes, incluía além das guarnições, dois ferreiros, bem como “um sapateiro, um alfaiate, dois carpinteiros, um pedreiro [...] e que havia uma capela e um engenho de farinha, rapadura, açúcar e cachaça”²⁷.

No entanto, o volume de escórias provenientes da escavação arqueológica do Forte é escasso, tendo sido recuperado apenas na Latrina. Esse dado não é conclusivo, pois apenas evidencia que os trabalhos de forja não eram realizados no recinto intramuros. Outras fontes históricas também mencionam a existência de ferreiros e forjas na região do Guaporé desde finais do século XVIII. Por exemplo, em quilombos, como é caso do Quilombo do Quariterê, situado nas proximidades do rio Galera, afluente do Guaporé, com duas tendas de ferreiros (COELHO, 1850, p. 182) e nas missões castelhanas “ao outro lado da fronteira”, como é o caso da Missão de Exaltación (próximo à junção dos rios Mamoré e Guaporé), onde havia “muitos oficiais de ferreiros (MORAES, p. 525, 1874).

Muitos autores destacam a importância dos cravos, parafusos e pregos como elementos fixadores essenciais em edificações, incluindo trabalhos de assoalhos de madeira, tetos, portas, janelas e acabamentos de carpintaria, bem como na produção de mobiliário, engrenagens, veículos, etc. Em seu estudo sobre os cravos de Louisiana, nos EUA, Tom Wells (1998) estabelece uma tipologia com 12 tipos de cravos, considerando critérios como o material, a uniformidade da cabeça e do corpo, a forma do corpo, da ponta e da cabeça, bem como a existência de estrangulamento, redução de espessura e marcas de corte e fissuras. Diferentemente de Visser, a cronologia proposta por Wells foi definida com base na forma, indo desde o final do século XVII até o presente.

A análise quantitativa e qualitativa da coleção de cravos do Forte Príncipe da Beira se apoiou nos mesmos critérios dos estudos de Hume (1970), Visser (1997) e Wells (1998), com exceção da orientação das fibras do cravo e marcas de corte, que não foram

²⁷ Descrição Estatística da Capitania de Mato Grosso no anno de 1818, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [s/a], v. 20, p. 304-305, 1857.

Tipo	Manufatura	Seção	Tamanho	Forma da cabeça	Forma do corpo	Ponta	Pinch
Tipo 1	Feito à mão	Quadrada	<5 cm	Redonda	Redução espessura a 4 lados	-	-
Tipo 2				T			
Tipo 3				L			
Tipo 4	Feito à mão	Quadrada	Até 10 cm	Redonda	Redução espessura a 4 lados	-	-
Tipo 5				T			
Tipo 6				L			
Tipo 7	Feito à mão	Quadrada	>10 cm	Redonda	Redução espessura a 4 lados	-	-
Tipo 8				T			
Tipo 9				L			
Tipo 10	Feito à mão	Quadrada	>20 cm	Redonda	Redução espessura a 4 lados	Redonda	-
Tipo 11	Feito à mão	Quadrada	Até 10 cm	Roseta	Redução espessura a 4 lados	Redonda/ Quadrada	-
Tipo 12						Espátula	
Tipo 13	Feito à máquina						Sem cabeça/ Quadrada
Tipo 14	Feito à máquina	Retangular	>10 cm	T	Redução espessura a 4 lados	-	-
Tipo 15	Feito à mão	Circular	<5 cm	Redonda	Redução espessura a 4 lados	-	-
Tipo 16			>5 cm				
Tipo 17	Feito à máquina	Circular	-	Redonda	Sem redução de espessura	Apontada	(Prego)
Tipo 18	Feito à mão				Redução espessura	Enroscado	(Parafuso)
Tipo 19	Feito à mão	Quadrada	P, M, G	Sem cabeça/ Quadrada	Redução espessura a 4 lados	-	-

Figura 21 - Descrição da tipologia preliminar de cravos do Forte Príncipe da Beira. Elaboração: Louise Cardoso de Mello

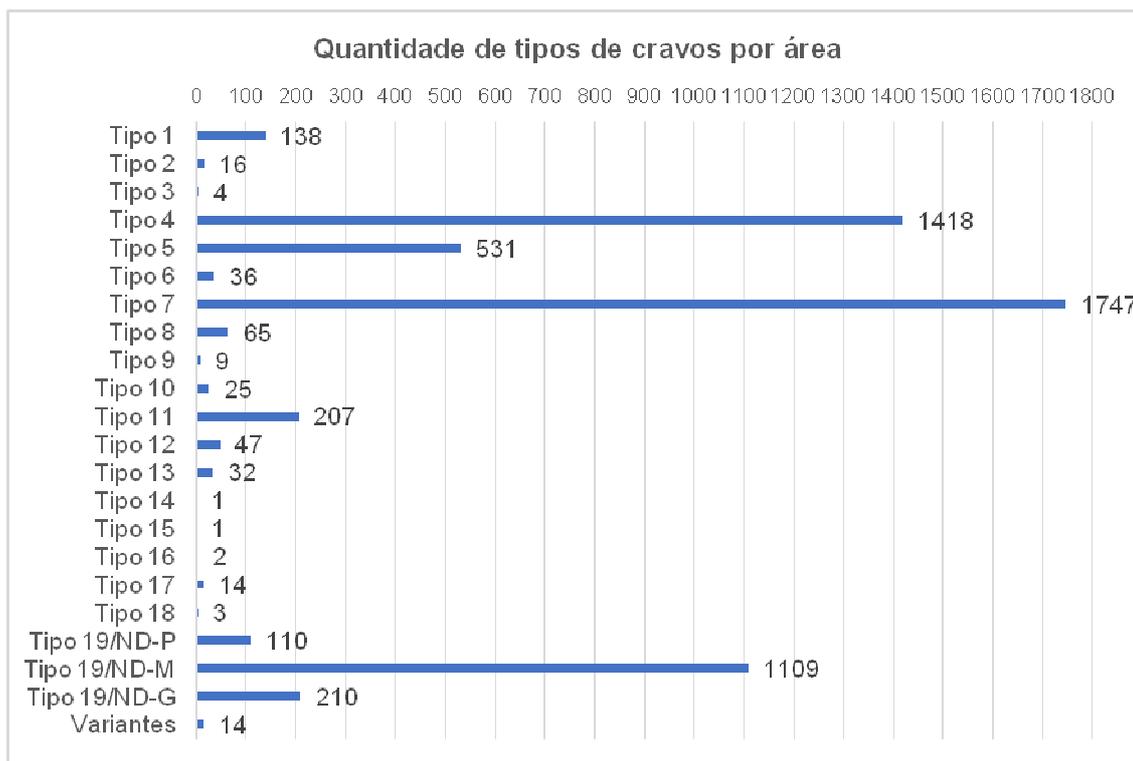


Figura 22 - Gráfico com quantificação de tipos de cravos por área. Elaboração: Louise Cardoso de Mello

Segundo Tom Wells (1998, p. 81-83, 91), os cravos forjados eram produzidos a partir de varas de ferro, caracterizando-se por sua irregularidade, seção quadrada, redução de espessura com a ponta afusada e a cabeça irregular, martelada em todos os lados. De fato, essas características são encontradas nos tipos de cravos predominantes do Forte Príncipe da Beira, ou seja, nos tipos 4 e 7, representando 55% do total de cravos e apresentando dimensões entre 6 a 10cm e superior a 10cm, respectivamente. Nessa linha, considerando o alto número do tipo 19 de dimensão média, que inclui cravos sem cabeça ou indeterminados, pode-se afirmar que a maior parte dos cravos, ou melhor, 75% da coleção possui um tamanho maior ou igual a 6cm.

No tocante aos cravos forjados à mão e de menores dimensões, Rick Morris (1988) realiza um interessante estudo sobre cravos de ferraduras de cavalos na região norte-americana de Nevada durante o século XIX. Segundo o autor, os cravos de ferraduras requeriam uma maior qualidade de manufatura, para evitar quebras, e assim, danos ou infecções ao cavalo, por isso eram feitos à mão. Somente a partir de 1860, apareceriam os pregos de ferraduras feitos à máquina. A amostra de pontas e cravos de ferraduras provenientes de Fort Churchill/NV, um destacamento militar de 1860, compreende um tamanho entre 2,5cm e 6cm, dividindo-se entre cravos novos/não usados com ponta

afiada, cravos torcidos (usados) e de pior qualidade, pontas cortadas após introdução da ferradura e cravos usados com rebite endireitado após remoção ou para reutilização. Os tipos de cravos forjados à mão 1, 2 e 3 possuem uma dimensão de até 5 cm, de forma que seria possível considerar que tenham sido usados em ferraduras para cavalos, mulas ou burros utilizados no transporte terrestre de cargas. Entretanto, o fato desses cravos terem sido recuperados dentro do recinto intramuros indica que, provavelmente, tivessem recebido outra função ao menos no momento da deposição.

Por outro lado, Wells (1998, p. 91) complementa que os cravos de seção circular e sem redução de espessura apareceriam somente a partir de 1875. Como se pode observar, no Forte Príncipe da Beira, há uma clara preponderância dos cravos feitos à mão com relação aos feitos à máquina, alcançando menos de 1% da coleção (0,7% - tipos 13, 14 e 17). Com base nisso, seria possível estabelecer uma cronologia inicial para os cravos que compreenderia entre 1775 e a primeira década de 1800 – correspondendo com a fase de edificação da fortaleza. Contudo, considerando a escassez dos tipos mais tardios de cravos com seção circular sem redução de espessura e pregos, representados pelos tipos 15, 16 e 17, essa cronologia poderia ser estendida até meados do século XIX ou até finais do mesmo século – abrangendo o período mais amplo de ocupação e uso do recinto intramuros. Essa cronologia poderá ser afinada com os resultados da análise dos demais tipos de materiais do Forte.

Wells (1998, p. 91) também indica que os cravos cortados eram produzidos a partir de placas de ferro ou aço e, portanto, não costumavam ter pontas afiadas. O autor lembra que, com exceção das pontas e cravos sem cabeça, todos os cravos cortados apresentam estrangulamento (*pinch*), causado pela marca da tenaz. Segundo a tipologia definida para os cravos do Forte, apenas o tipo 13 apresenta estrangulamento, com 32 exemplares. O tipo 13 também se caracteriza por não ter cabeça ou apresentar uma variação de cabeça quadrada. Mas, voltaremos a este tipo mais adiante.

Outro tipo de cravo que merece destaque é o tipo 12, com cabeça de roseta e ponta em forma de espátula, reunindo 47 exemplares. As pontas espatuladas eram comumente usadas para evitar a fratura ou quebra da madeira. Para o contexto da costa leste dos Estados Unidos, as cabeças em forma de roseta eram as mais comuns dentre os cravos forjados à mão (VISSER, 1997). Porém, no contexto do Forte Príncipe da Beira, as formas de cabeça predominantes são a cabeça redonda, representando 62% da coleção, seguida da forma sem cabeça ou indeterminada (26%), a cabeça em L (11%), frequentemente usada como suporte de acabamentos e pisos de madeira, a cabeça em T

(0,87%) e a roseta (0,82 %). Para determinar a função dos cravos segundo as formas da cabeça e do corpo, a Enciclopédia de Diderot e D'Alembert oferece uma excelente referência para os cravos e pontas produzidos e em uso sobretudo entre 1750 e 1775, e as semelhanças são significantes, como se observam nas Figuras 23 e 24, a seguir.

Prancha	N.º cravo	Descrição cravo (por nome, forma ou função)
Prancha IV	23-35	Diferentes tipos de cravos, com os diferentes tipos de cabeça (A).
Prancha VIII	73-75	<i>Rappointis</i> *: ponta para reter o revestimento (ex. reboco) e acabamentos de madeira (como rodapés, cornijas, ornamentos)
	76	Cravo (<i>de charrettes</i>)*: para fixar peças grandes de metal
	79	Cravo (<i>de bateau</i>)*: cravo forte com cabeça forjada em dois golpes, para uso geral e para fixar revestimentos e cornijas
	80-81	Cravos de 10, 15, 20, 25, 30... cm (4, 6, 8, 10, 12... polegadas), conforme seu comprimento
	82	<i>Broquette à l'angloise</i> : cravo pequeno com cabeça arredondada (espécie de “pequena broca”)
	83	<i>Broquette commune</i> : cravo tipo “pequena broca”, também usado em tapeçaria
	84	Cravo (<i>rivé</i>): cravo de seção redonda e cabeça redonda, sem ponta para atar uma peça a outra
	85	Cravo (<i>à briquet</i>): cravo pequeno usado principalmente em dobradiças e bisagras
	86	Cravo (<i>d'épingle</i>): cravo pequeno “tipo agulha” de cabeça redonda/plana usado para fixar modelagens e esculturas a revestimentos
87	Ponta ou cravo sem cabeça para perfuração (<i>pointe à fiche</i>)	
Prancha IX	109	Parafuso de madeira de cabeça redonda
	110	Outro parafuso de madeira com cabeça embutida
Prancha XXXVII	18-21	Cavilha para tacos, com detalhe da cabeça (A)
Prancha LVII	14	Broca (<i>foret</i>) para perfurar ferro
	15	Broca para perfurar cobre
	16	Broca para criar cavidade para cabeça do cravo na madeira com cabeça quadrada
	17	Broca para criar cavidade para cabeça do cravo na madeira com cabeça redonda
Prancha XXXV	12-13	Cravo para janelas <i>espagnolette</i> de seção quadrada
Prancha XXXII	27	Ponta com cabeça redonda
	28	Ponta ou cravo sem cabeça
Prancha XLIV	23	Tipo de cravo denominado “ <i>dente de loup</i> ”

Figura 23 - Descrição de cravos históricos extraída e traduzida de Diderot e D'Alembert (1751-1772)²⁹

²⁹ Descrições provenientes dos volumes 1-3 (1751-1753).

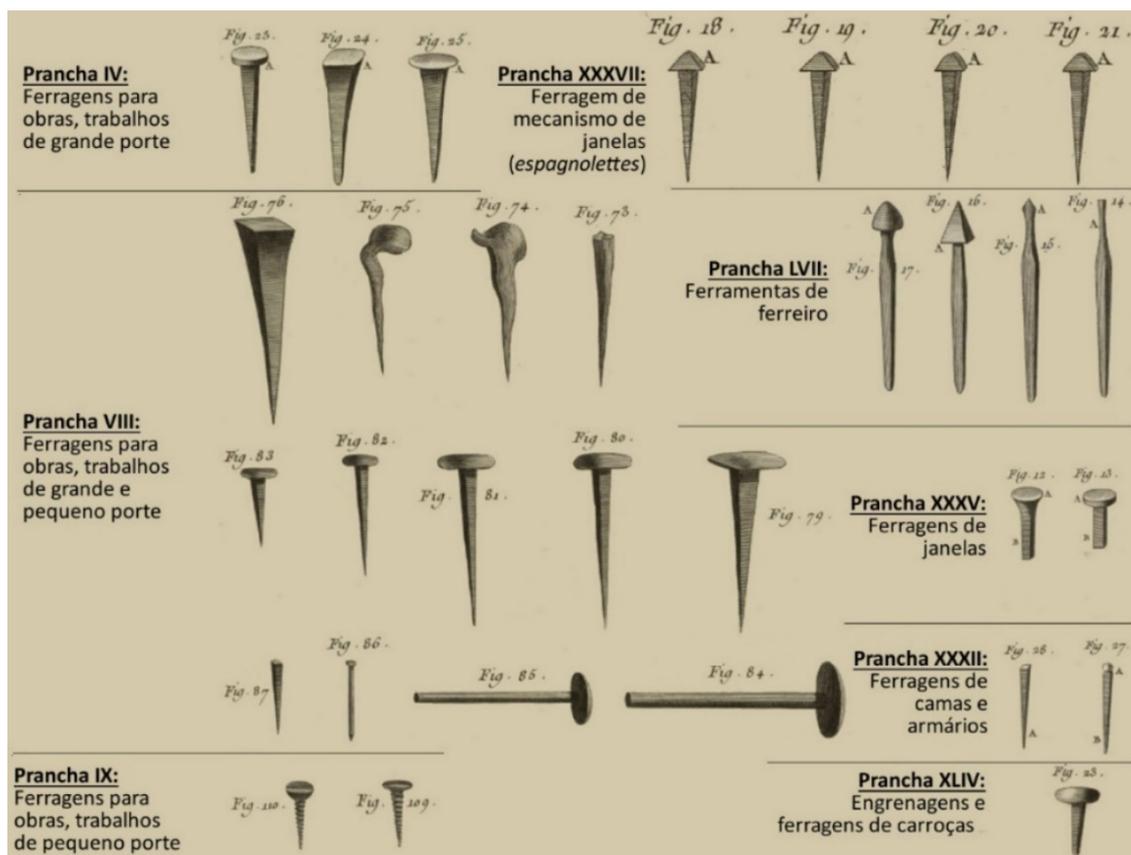


Figura 24 - Exemplos de cravos adaptados e editados de DIDEROT e D'ALEMBERT (1751-1772)³⁰

Apesar de carecerem de uma escala ou dimensão específica, os cravos da primeira Prancha IV usados para trabalhos de serralheria de grande porte se assemelham aos tipos 1 e 4, com cabeça redonda de até 10cm (com exceção do cravo com cabeça quadrada). Paralelamente aos cravos do Forte Príncipe da Beira, os cravos com cabeça redonda parecem ser os mais comuns na classificação de Diderot, especialmente na Prancha VIII, assemelhando-se aos tipos 1, 4 e 7, de uso bastante genérico, para trabalhos de serralheria tanto de grande como pequeno porte.

Os dois parafusos da Prancha IX, ao que tudo indica de madeira, são exemplos de parafusos feitos à mão e se assemelham ao tipo 18, com exceção do material (ferro), apresentando redução de espessura, fenda simples, forma enroscada irregular, pequenas dimensões, sendo usados, portanto, em trabalhos de serralheria de pequeno porte. Os parafusos de madeira coexistiram com parafusos de outros materiais, como o parafuso de ferro de fenda simples, que começou a ser produzido à máquina a partir de finais do século XVIII, sendo esta uma cronologia mínima para o tipo 18. Já os cravos da

³⁰ Planches, tom. IX: Serralheiro (1771). Edição própria, escala relacional dos cravos mantida como na obra.

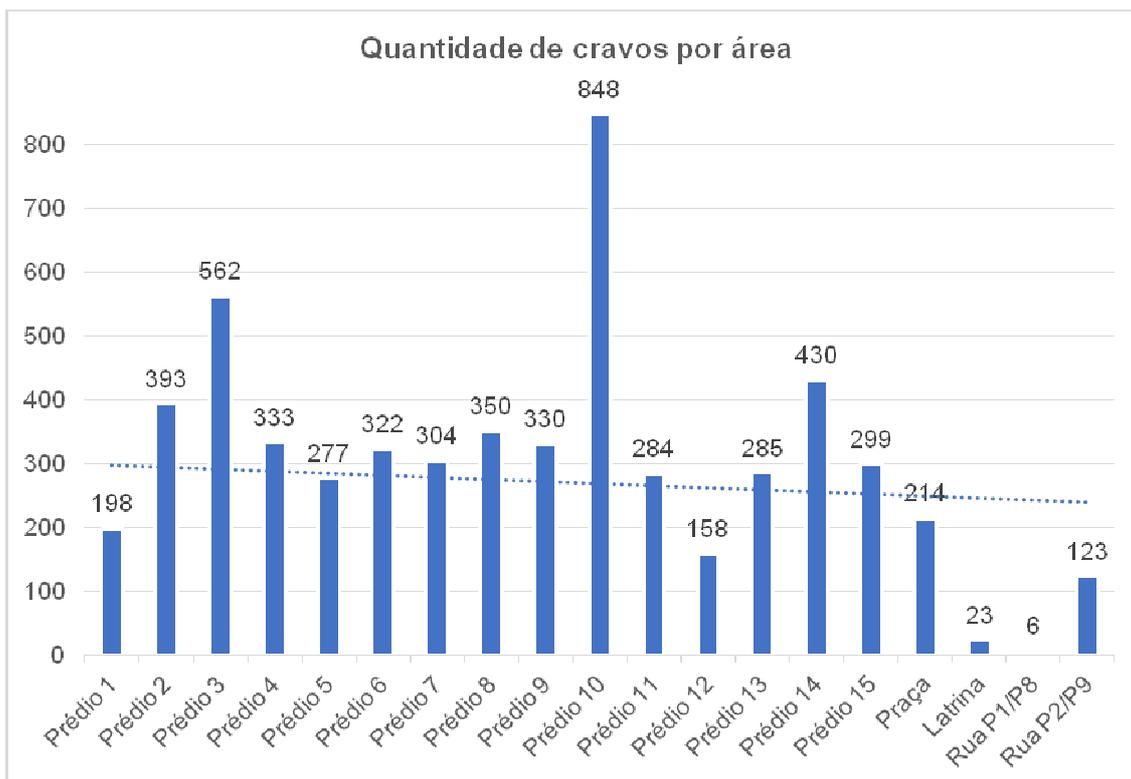
Prancha XXXVII, espécies de cavilhas utilizadas em tacos para mecanismos de janelas, têm uma cabeça com forma similar à de roseta, como o Tipo 12. No entanto, como se pode observar, apresentam ponta afiada, diferentemente do Tipo 12, com ponta em forma de espátula que, no entanto, seria mais apropriado para trabalhos em madeira de pequeno porte, como seriam os mecanismos de janelas.

Por outro lado, os itens 14 e 15 da Prancha LVII, descritos como espécies de brocas para perfurar ferro e cobre, respectivamente, apresentam estrangulamento, assemelhando-se bastante ao Tipo 13 sem cabeça ou com cabeça quadrada. Nesse sentido, o cravo de Tipo 13 poderia ter sido usado tanto como ferramenta de ferreiro, na produção de peças de metal, como de serralheiro, nos trabalhos de construção e instalação de dobradiças, trincos e espelhos de fechaduras, por exemplo.

Já os cravos ou pontas da Prancha XXXII, um com cabeça redonda e outro sem cabeça, são semelhantes ao Tipo 19/indeterminado de tamanho até 5cm. Segundo os enciclopedistas, essas pontas eram usadas como ferragens de mobiliário, como elementos fixadores em camas, armários, etc. Essas pontas do tipo 19, provavelmente de tamanho médio, também aparecem na Prancha VIII, de funcionalidade bastante genérica, as quais eram usadas para reter revestimentos (por exemplo, reboco) e acabamentos de madeira (como rodapés, cornijas e ornamentos).

Outra técnica chave para a análise funcional de cada tipo de cravo se baseia na compreensão de sua distribuição no espaço e sua interpretação no contexto arqueológico com relação aos demais materiais e artefatos. Embora esta fase da análise se encontre atualmente em curso, já é possível avançar na interpretação da funcionalidade dos cravos com respeito à análise preliminar de caráter quantitativo de sua distribuição nas diferentes áreas do recinto intramuros do Forte³¹, conforme se demonstra no gráfico à continuação (Figura 25).

³¹ Escavadas até o nível do piso, sem estratificação, com uma profundidade variando entre 0 e 0,60m.



Figuras 25 - Tabela com distribuição de cravos por área do recinto intramuros do Forte Príncipe da Beira. Elaboração: Louise Cardoso de Mello

Como se pode observar, a distribuição de cravos nos diferentes prédios do Forte é razoavelmente homogênea, aproximando-se de forma geral à média situada na faixa dos 300 cravos por área. Isso pode sugerir que os cravos fossem usados para funcionalidades similares, concretamente, como material construtivo e elementos fixadores de portas, janelas, revestimentos de paredes e inclusive mobiliário, como estantes e leitos, principalmente no caso dos alojamentos, que correspondiam aos prédios 1, 2, 3 e 7, e dos quartéis de oficiais, prédios 8, 9, 10, 14 e 15. Essa hipótese também se apoia na menor quantidade de cravos nas áreas não edificadas como os arruamentos entre os prédios 1 e 8, e os prédios 2 e 9, bem como a Latrina ou a Praça.

Nessa mesma linha, dentre as estruturas edificadas que mostraram ter menos cravos, está o Prédio 12, identificado como Capela, Botica e Quartel do Boticário, e que se destaca por possuir características formais diferenciadas com respeito às demais áreas (BARCELOS, 2018, p. 61-62), o que poderia explicar o inferior número de cravos. Por outro lado, dois dos alojamentos/quartéis de oficiais se destacam justamente por apresentarem a maior abundância de cravos com respeito aos demais, como é o caso do Prédio 10 (com 848 cravos) e do Prédio 3 (com 562). Curiosamente, o Prédio 3 foi caracterizado por não apresentar piso de tijoleira como os demais de sua categoria

(BARCELOS, 2018, p. 50), de modo que seu piso pode ter sido de madeira, o que explicaria o maior volume de cravos. Já o Prédio 10 apresenta restos do piso de tijoleira e de paredes divisórias internas de taipa, embora três de suas paredes externas tenham sofrido desmoronamentos (BARCELOS, 2018, p. 59-60). O colapso das paredes externas poderia explicar o alto volume de cravos encontrados nesse prédio, contudo, as paredes internas de taipa não só poderiam explicar o uso de cravos adicionais para os revestimentos das paredes, mas também podem representar uma provável evidência da reutilização dos espaços do Forte ao longo do tempo.

Diversas fontes secundárias fazem alusão à prática de pilhagem de objetos, artilharia e material construtivo do Forte Príncipe da Beira por moradores de ambos os lados da fronteira a partir de 1889, quando da retirada de sua guarnição. Entretanto, Rodrigues Ferreira (1961, p. 233-234) nos traz uma referência de 1864 sobre o deteriorado estado do Forte³², cujos edifícios apresentavam o madeiramento destruído por cupins e as ferragens das portas arrancadas e vendidas. Essa evidência de deterioração ou reaproveitamento das madeiras do Forte apoia a hipótese da proveniência dos cravos e de sua função como material construtivo e de fixação do madeiramento, e ao mesmo tempo, sugere uma datação para o contexto deposicional do material a partir de 1889, ou inclusive, desde 1864. Além de analisar a distribuição espacial do cravo lado a lado com a distribuição dos demais materiais (como a cerâmica, louça, vidro, etc.), o seguinte passo desta pesquisa, com vistas ao futuro, será analisar a distribuição espacial de cada tipo de cravo para poder testar e confirmar algumas das hipóteses até aqui levantadas.

Considerações finais

Em 2014, o IPHAN inscreveu a Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani, como bem imaterial. Localizada no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões (RS), patrimônio mundial pela UNESCO desde 1983, a Tava Guarani foi recentemente reconhecida como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, em outubro de 2018. Esse reconhecimento representa a apropriação e ressignificação do patrimônio colonial por parte dos Mbyá Guarani, consagrando a interpretação indígena sobre o Patrimônio das Missões (TAGARRO, 2019, p. 301).

Em maio de 2019, os trabalhos de demarcação do território da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira foram finalmente empreendidos pelo INCRA. Em uma

³² Relatório solicitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, que porém, carece de citação e não consta no Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso apresentado pelo mesmo à Assembleia Legislativa Provincial, com data de 3 de maio de 1864.

conversa informal com a liderança da comunidade, Elvis Pessoa, ao lhe perguntar se era importante para a comunidade que o Forte Príncipe da Beira fosse incluído como parte do seu território, sua resposta foi: “sim, porque é a maior testemunha da presença negra no Guaporé”³³.

Contudo, como vimos no início deste artigo, ao figurar como candidato a patrimônio mundial, o Forte Príncipe da Beira é valorado, sobretudo, como arquitetura militar, por sua importância como “sentinela” na expansão territorial portuguesa, como guardião das fronteiras luso-brasileiras e na formação do território nacional. Embora este trabalho não se posicione contrário a essa interpretação, cabe destacar a importância de se adotar uma postura crítica e descolonizadora ao interpretar o patrimônio histórico nacional, problematizando o seu contexto de conquista colonial, bem como o seu impacto e posterior ressignificação pelas comunidades indígenas, africanas e seus descendentes.

Esta comunicação apresentou o projeto de arqueologia comunitária desenvolvido no Forte Príncipe da Beira numa ode à metodologia colaborativa no tratamento, interpretação e preservação do patrimônio arqueológico, extrapolando sua circunscrição comunitária até a cooperação institucional. Ao longo desse processo, o leitor pôde observar como a vida resiliente da comunidade se entrecruza com a biografia multifacetada do Forte e a conturbada trajetória dos seus artefatos.

Ao considerar e incorporar a perspectiva da comunidade remanescente de quilombo do Forte Príncipe da Beira, este trabalho propôs olhar para o Forte como lugar de memória e referência identitária para a comunidade tradicional, destacando a importância de sua valorização como patrimônio afro-amazônico. Por fim, também se sugere aplicar não só esta metodologia, mas esse mesmo olhar ao estudo de outras fortificações no contexto latino-americano, sejam elas candidatas a patrimônio mundial ou não.

Referências

Fontes primárias (impressas):

ANÔNIMO. Descrição Estatística da Capitania de Mato Grosso no ano de 1818, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 304-305, 1857.

COELHO, Felipe J. Nogueira, Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 137-199, 1850.

D'ORBIGNY, Alcides. *Viaje a la América Meridional*, v. 4. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1826-1833.

³³ Comunicação pessoal, 13 de maio de 2019.

DIDEROT, Dennis; e D'ALEMBERT, Jean le Rond. *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une société de gens de lettres*. Paris: Panchoucke, Librairie. 1751-1772.

HERNDON, William Lewis; e GIBBON, Lardner. *Exploration of the valley of the Amazon made under the direction of the Navy Department*, v. 2 por Lieut. Gibbon, 1854.

MORAES, José. História da Companhia de Jesús da Provincia do Maranhão que as reaes cinzas da Fidelíssima Rainha Senhora nossa D. Mariana d'Austria oferece seu autor o Padre José de Moraes, filho da mesma provincia, anno de 1759. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro, 1874.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Territórios quilombolas e conflitos: comentários sobre povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência no decorrer de 2009. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CID, Ricardo; MÜLLER, Cíntia Beatriz; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (Orgs.). *Territórios quilombolas e conflitos*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 317-350.

ALMEIDA, Alfredo Wagner e FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (coords.). *Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas do Forte Príncipe da Beira Vale do Guaporé, Costa Marques, RO, 10*. Projeto Nova Cartografia Social. Manaus: UEA Edições, 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MÜLLER, Cíntia Beatriz; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (orgs.). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social. Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2012.

ALONSO, Juan; LÓPEZ DE LA ORDEN, María Dolores; ZAMBRANO, Luis Carlos. *Protocolo de entrega de materiales arqueológicos como depósitos de la Junta de Andalucía en el Museo de Cádiz*. 2009.

BARCELOS, Giovani da Silva. 2018. *Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação*. Dissertação (Mestrado), Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro/RJ, 2018.

CARDOSO DE MELLO, Louise. From fortified plaza to social arena: The Amazonian fortress of Príncipe da Beira and some considerations on the social interpretation of materiality, *Archaeological Review from Cambridge*, v. 31.1, p. 39-62, 2016.

CARTA DO RECIFE, Recife, 7 de abril de 2017. Assinada pelos Ministros de Estado da Cultura, do Turismo e da Defesa, durante o *Seminário Internacional de Fortificações Brasileiras Patrimônio Mundial*, realizado no Forte das Cinco Pontas, Recife/PE entre 4 e 7 de abril de 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Artigo 68. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp. Acesso em: 01 set. 2019.

CRUZ, Tereza Almeida. *Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola)*. Tese (Doutorado),

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2012.

FARIAS JR., Emmanuel de Almeida. Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas. *Ruris*, v. 5, n. 2, p. 85-116, 2011.

FARIAS JR., Emmanuel de Almeida. Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira. *Ciência e Cultura*, v. 65 (1), p. 36-39, 2013.

G1 RONDÔNIA. Professor lança livro 'Rondônia - uma história' neste mês em Porto Velho, 08 de agosto de 2016. Rede Amazônica. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/08/professor-lanca-livro-rondonia-uma-historia-neste-mes-em-porto-velho.html>. Acesso em: 31 ago. 2019.

HUME, Noël. *A Guide to Artifacts of Colonial America*. New York: Alfred A. Knopf, 1970.

ICOFORT. *Carta para Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural Preparado bajo los auspicios del Comité Científico Internacional del ICOMOS sobre la Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural*. Ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, Québec (Canadá), em 4 de outubro de 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Candidatura de Fortificações a Patrimônio Mundial é tema de oficina em Florianópolis (SC)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5112/candidatura-de-fortificacoes-a-patrimonio-mundial-e-tema-de-oficina-em-florianopolis-sc> Acesso em: 01 set. 2019.

KARZER, Leticia e SAMPRÓN, Agustín. El trabajo de campo como proceso. La "etnografía colaborativa" como perspectiva analítica. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, v. 2, n. 1, p. 59-70, 2012.

LANDGRAF, Fernando José Gomes; TSCHIPTSCHIN, André Paulo; GOLDENSTEIN, Hélio. *Notas sobre a história da metalurgia no Brasil (1500-1850)*. História técnica e da tecnologia no Brasil. São Paulo: UNESP, 1994.

MALDI MEIRELES, Denise. *Guardiães da Fronteira Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Forças Armadas e Estado-Maior Conjunto. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas>. Acesso em: 01 set. 2019.

MONTEIRO, Lucineide Rodrigues. *Cultura e territorialidade quilombola nas comunidades de Forte Príncipe da Beira e de Santa Fé*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.

MORRIS, Rick. The life history of a horseshoe nail. *Nevada Archaeologist*, v. 6, n. 2, p. 15-25, 1988.

NAKATA, Martin; DAVID, Bruno. Archaeological Practice at the Cultural Interface. In: LYDON, Jane; RIZVI, Uzma Z. (eds.). *Handbook of Postcolonial Archaeology*, Walnut Creek (CA): Left Coast Press, 2010. p. 429-444.

NGOZI, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. Trad. Julia Romeu. Companhia das letras, 2019.

NORA, Pierre; KRITZMAN, Lawrence D. (Eds.) *Realms of Memory: Rethinking the French Past*, v. 1: Conflicts and Divisions. New York: Columbia University Press, 1996.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Ce que le feu n'a pas détruit : mémoires, réseaux et projets. *Cahiers des Amériques Latines*, p. 88-89, 2018, Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/8787>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; AELLAH, Gemma; TURNER, Jessica. Interview: Rising from the ashes. *Anthropology Today*, v. 35, n. 1, p. 26-27, 2019. Disponível em: <https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-8322.12485>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PREUCEL, Robert W.; CIPOLLA, Craig N. Indigenous and Postcolonial Archaeologies. In: LIEBMANN, Matthew; RIZVI, Uzma Z. (Eds.). *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Plymouth: Altamira Press, p. 109-128, 2008.

RODRIGUES FERREIRA, Manoel. *Nas Selvas Amazônicas*. São Paulo: Gráfica Biblos, 1961.

SILLIMAN, Stephen. Introduction. In: *Collaborative Indigenous Archaeology at the Trowell's Edge: Explorations in Methodology, Education and Ethics*. Tucson: University of Arizona Press and the Amerind Foundation, 2008.

TAGARRO, Helena Amanda Faller. Tava Guarani: de lugar simbólico a Patrimônio Cultural do MERCOSUL. *Caderno de Geografia*, v. 29, n. 2, p. 298-310, 2019. Disponível em: <http://200.229.32.55/index.php/geografia/article/viewFile/20648/15194>. Acesso em: 02 set. 2019.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. Histórico das Comunidades de Remanescentes de Quilombo de Pedras Negras, Santa Fé, Forte Príncipe da Beira, Vale do Guaporé/RO. *Revista Eletrônica Afros e Amazônicos*, v. 2, n. 1, 2010.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; MUJICA SALLÉS, Jaime; ALVES, Clarice da Silva; DODE, Susana dos Santos; SOUZA, Taciane Silveira; SILVA, Fabio Barreto da; DUTRA, Márcia Regina Ribeiro; MEDEIROS, Eleri James Borges; e DOMINGUES, Bibiana Santos. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa: uma Proposta do LÂMINA/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, RS. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2/19, p. 6-24, 2017.

VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento. O incêndio do Museu Nacional e seus efeitos nas pesquisas dos discentes. *Ventilando Acervos*, v. especial 1, p. 90-108, 2019. Disponível em: <http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/e.-06-O-inc%C3%AAndio-do-Museu-Nacional.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

VISSER, Thomas D. Nails: Clues to a Building's History. Adaptado de *A Field Guide to New England Barns and Farm Buildings*. Hanover: University Press of New England, 1997. Disponível em: <http://www.uvm.edu/histpres/203/nails.html>. Acesso em: 07 set. 2019.

VOSS, Barbara. The Archaeology of Indigenous Heritage at Spanish-Colonial Military Settlements. In: LIEBMANN, Matthew; e MURPHY, Melissa S. (Eds.) *Enduring Conquests: Rethinking the Archaeology of Resistance to Spanish Colonialism in the Americas*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2011. p. 243-265.

WELLS, Tom. Nail Chronology: The Use of Technologically Derived Features. *Historical Archaeology*, v. 32, n. 2, p. 78-99, 1998.

WERLANG, William. *A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: um estudo de caso sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo/RS: Editora Werlang, 2002.